

cadernos

IHU
ideias

FOUCAULT

E

entre o governo
dos outros

A

e o governo
de si mesmo

UNIVERSIDADE

Sandra Caponi

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Foucault e a Universidade:

Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo

Foucault and the University:

between the government of others and the government of self

Sandra Caponi
UFSC

Resumo

Há trinta anos, no dia 25 de junho de 1984, morria Foucault. Esse filósofo, intelectual comprometido e professor universitário foi uma figura que certamente influenciou imensamente na formação intelectual e na educação político-sentimental de muitos de nós. Muito já se falou sobre Foucault e a educação, porém são poucas as páginas efetivamente dedicadas em seus livros a tematizar esta questão. Nada especificamente dedicado à educação universitária. Sabemos, no entanto, que a relação saber-poder, que mais tarde se transformará numa discussão sobre os espaços de verificação e sua relação com os diversos modos que adota a governamentalidade, será uma temática que retorna nos textos de Foucault. Se considerarmos que a universidade é hoje o espaço por excelência de construção, transmissão e consolidação de saberes e verdades: como pensar nesse marco definido por Foucault, a tarefa que nos cabe como professores universitários? Uma rápida análise dos textos e cursos de Foucault, assim como um simples olhar para a história de sua prática concreta como docente, corrobora que a tarefa do professor não pode limitar-se ao exercício do governo sobre os outros, e que, pelo contrário, nos cabe, como aos filósofos clássicos, auxiliar nossos alunos na difícil tarefa de governar-se a si mesmos.

Palavras-chave: Foucault, educação, relação saber-poder, universidade.

Abstract:

Thirty years ago, on June 25, 1984, Foucault died. This philosopher, committed intellectual and university professor was a figure that certainly influenced immensely the intellectual formation and political and sentimental education of many of us. Much has been said about Foucault and education, but there are few pages in their books effectively dedicated to thematize this question. Nothing specifically dedicated to university education. We know, however, that the knowledge-power relationship, which later will turn into a discussion about the spaces of veridiction and its relationship with the various ways that adopts governmentality, is a theme that returns in the writings of Foucault. If we consider that the university is now the space *par excellence* of construction, transmission and consolidation of knowledge and truths: how to think this framework defined by Foucault, the task for us as academics? A quick analysis of texts and courses of Foucault, as well as a simple look at the story of his actual practice as a teacher, corroborates that the teacher's task cannot be limited to the exercise of government over others, and that, on the contrary, up to us, as the classical philosophers, assist our students in the difficult task of governing themselves.

Keywords: Foucault, education, knowledge-power relation, university.

cadernos **IHU** ideias

**Foucault e a Universidade:
Entre o governo dos outros
e o governo de si mesmo**

Sandra Caponi

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

ano 12 • nº 211 • vol. 12 • 2014 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

www.ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XII – Nº 211 – V. 12 – 2014

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling - Unisinos

Conselho editorial: MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca; Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Neves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Caio Fernando Flores Coelho

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

FOUCAULT E A UNIVERSIDADE: ENTRE O GOVERNO DOS OUTROS E O GOVERNO DE SI MESMO

Sandra Caponi

UFSC

Há trinta anos, no dia 25 de junho de 1984, morria Foucault. Esse filósofo, intelectual comprometido e professor universitário foi uma figura que certamente influenciou imensamente na formação intelectual e na educação político-sentimental de muitos de nós. Muito já se falou sobre Foucault e a educação, porém são poucas as páginas efetivamente dedicadas em seus livros a tematizar esta questão: só algumas referências pontuais em *Vigiar e Punir* (1979), onde analisa de que modo o poder disciplinar percorre a instituição escolar, menções sobre a educação sexual em *Vontade de saber* (1978), além de alusões específicas à pedagogia clássica vinculadas ao conceito de *parrésia* nos cursos *A Hermenêutica do sujeito* (2001) e *A Coragem da verdade* (2009), que reaparecem no segundo volume da *História da sexualidade* (1985). Nada especificamente dedicado à educação universitária.

Sabemos, no entanto, que a relação saber-poder, que mais tarde se transformará numa discussão sobre os espaços de veridicação e sua relação com os diversos modos que adota a governamentalidade, será uma temática que retorna nos textos de Foucault, desde a publicação de *A história da loucura na época clássica* (1978) até o último texto enviado para publicação pouco antes de sua morte, um texto em homenagem a quem fora seu orientador, o professor Georges Canguilhem, denominado *A vida, a experiência e a ciência* (DEIV, 1994:764).

Se considerarmos que a universidade é hoje o espaço por excelência de construção, transmissão e consolidação de saberes e verdades: como pensar nesse marco definido por Foucault, a tarefa que nos cabe como professores universitários? Claro está que essa tarefa não poderá limitar-se a reproduzir os saberes aceitos, aqueles que atingiram estatuto de verdade, nem a criar estratégias de gestão e avaliação para verificar se essas verdades foram corretamente assimiladas. Uma rápida análise dos textos e cursos de Foucault, assim como um simples olhar para a história de sua prática concreta como docente, corrobora que a tarefa do professor não pode limitar-se ao exercício do governo sobre os outros, e que, pelo contrário, nos cabe, como

aos filósofos clássicos, auxiliar nossos alunos na difícil tarefa de governar-se a si mesmos.

Longe da distinção escolar entre um período arqueológico, um período genealógico e os últimos estudos dedicados à ética, Foucault percorre uma e outra vez os diversos caminhos através dos quais determinados saberes, discursos e instituições constituem modos históricos de produção da subjetividade. Assim, seus estudos referidos às ciências humanas, à economia e à biologia, aos saberes normalizadores como a medicina, a criminologia e a psiquiatria, ou os textos dedicados ao discurso jurídico, reiteram insistentemente um mesmo problema que obcecava Foucault: entender de que modo esses saberes instauram formas de exercer o governo sobre os vivos, apontar quais são os espaços de liberdade e de resistência que eles possibilitam, enfim interrogar-se pelas estratégias através das quais esses saberes instituem determinados modos de construção de nossa subjetividade. E era essa a tarefa desenvolvida por Foucault como professor universitário. Pois, “de que valeria a obstinação do saber, se ela assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não o descaminho daquele que conhece? (...) A questão de saber se é possível pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e a refletir” (HSII, 1985:14).

Cada um dos cursos ministrados no Collège de France, do ano 1970 até o momento de sua morte, são estratégias cuidadosamente organizadas e obsessivamente documentadas para desmontar as certezas sobre as quais determinados saberes edificaram seu prestígio e seu poder. Assim, a psiquiatria, a criminologia, o discurso jurídico e penal, os saberes estatísticos referidos às populações, o discurso biológico sobre as raças, os mecanismos sutis da economia liberal e neoliberal, todos e cada um desses saberes serão apresentados e analisados, para logo mostrar seus limites e dificuldades. Penso que é nesse marco que devemos pensar o modo como Foucault se vincula com o ensino universitário; trata-se de uma tarefa que é, ao mesmo tempo, política, pedagógica e crítica.

O desafio está em negar-se a aceitar os discursos instituídos como verdades inquestionáveis e permanentes. Mostrar que aquilo que é poderia ser diferente, substituir as certezas a partir das quais a ciência se legitima, por um questionamento que, fazendo um uso filosófico e político da história, permita compreender as dúvidas, as incertezas e dificuldades sobre as quais esses saberes se edificaram, com a finalidade de estabelecer seus limites e seus problemas. “Mas o que é filosofar hoje em dia senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consiste em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe?” (HSII, 1985:13).

Assim, e para além da questão, tantas vezes repetida e explorada da disciplina escolar, acredito que, para poder compreender de que modo Foucault efetivamente pensou o papel da instituição universitária, do professor universitário, da experiência transformadora que a universidade pode ter sobre nós mesmos, será necessário olhar não somente para os enunciados publicados, mas fundamentalmente para as intervenções efetivamente realizadas. De modo que minha proposta é, a partir desse marco geral definido pela problematização histórica de nosso presente, olhar aqui para as práticas pontuais que Foucault realizou como professor universitário.

Pensar a Universidade

Certamente Foucault foi um professor universitário peculiar, não só porque ministrou aulas em locais tão diversos como Suécia (Uppsala University), Tunísia, Estados Unidos, Brasil e França, mas também por sua participação direta na organização de uma experiência inovadora e incomum: a criação da Universidade experimental de Vincennes. Uma experiência que surgirá como resposta aos protestos estudantis de maio de 1968. Tratava-se de construir do zero uma instituição universitária cujo primeiro objetivo seria tão ambicioso como impossível: criar um espaço universitário de pleno exercício de liberdade. Ambicioso, porque a universidade francesa, de acordo com o modelo da Sorbonne, caracterizava-se por seu caráter elitista e conservador. O próprio Foucault teve enormes dificuldades para inserir-se nessa instituição simplesmente por ser homossexual. Impossível, porque a Universidade de Vincennes será aberta em 1969 sob o governo de Charles de Gaulle, que, neste mesmo ano, será substituído por quem fora seu primeiro ministro: Georges Pompidou.

Tinha sido justamente contra a política de De Gaulle que operários e estudantes se manifestaram no mês de maio de 1968. Foucault, neste momento, não estava na França e não participou das manifestações de maio. Ele estava contratado como professor na Universidade de Tunísia, onde morou por dois anos, participando de modo muito ativo das revoltas estudantis que estavam acontecendo nesse momento no mundo árabe. Comparando essas duas manifestações populares, Foucault falará com certa ironia do maio francês, no qual tudo parecia muito menos perigoso e arriscado que em Túnis, onde os manifestantes, em sua maior parte estudantes, receberam condenações de até 14 anos de prisão pelo simples fato de se manifestar nas ruas. “Foi em março de 1968. A agitação durou o ano inteiro (...) a polícia entrou na universidade, espancou os estudantes, efetuou prisões. Houve processos e alguns estudantes foram condenados a oito, dez e até quatorze anos de prisão. Esses rapa-

zes corriam riscos terríveis redigindo um panfleto (...) corriam o risco de ser privados de sua liberdade” (DEIV, 1994:53).

Em Túnis, Foucault abrigou vários estudantes em seu domicílio, escreveu panfletos que eram impressos em sua casa, participou de marchas e se desapontou com as atitudes adotadas pelo partido comunista pelo apoio dado aos ataques antisemitas que também ocorreram naqueles dias. Assim, descreve esse momento, em uma carta enviada a Georges Canguilhem: “Segunda-feira passada houve aqui um dia de *pogrom*. Cinquenta incêndios, 150 ou 200 lojas (as mais miseráveis) saqueadas, espetáculo imemorial da sinagoga depredada, a gente correndo pelas ruas, se refugiando em um prédio que a multidão queria incendiar. Nacionalismo + racismo, o total é pavoroso. E os estudantes, por ‘esquerdismo’, deram uma mão a tudo isso, ficamos profundamente tristes. E nos perguntamos porque estranha astúcia (ou estupidez) ou marxismo pode dar oportunidade (e vocabulário) para isso” (Eribon, 1990:180).

Poucos meses depois, após uma sucessão de ameaças e perseguições ocorridas em Túnis, Foucault volta para França. Ele tinha sido convidado para integrar o Departamento de Psicologia da Universidade de Nanterre, porém, antes de assumir este posto, receberá um convite do grupo encarregado de organizar uma nova Universidade. Era o grupo fundador do Centro Experimental Universitário de Vincennes, também conhecido como Universidade de Paris VIII. Aproximadamente vinte professores, altamente comprometidos, constituíam o núcleo inicial desse projeto, dentre eles: Georges Canguilhem, Pierre Vernant, Roland Barthes e Jacques Derrida. Essa Universidade tinha uma missão particular, a de inaugurar uma utopia educacional. As estratégias pedagógicas e acadêmicas propostas por esse grupo eram: a interdisciplinaridade, a falta de distinção entre cursos magistrais e trabalhos tutoriais, serviços iguais entre professores, inscrição aberta e livre para não graduados e acolhimento irrestrito para os estudantes estrangeiros. Estas foram as principais inovações propostas por esse conjunto de professores, tão heterogêneo quanto seletivo.

Eles estavam encarregados de designar a primeira equipe de professores, aqueles que ficariam responsáveis por cada um dos Departamentos que comporiam a Universidade, os quais por sua vez deveriam recrutar os melhores profissionais de cada área. Foram convocados para o Departamento de Sociologia Jean-Claude Passeron e Robert Castel, e, para o Departamento de Filosofia, Georges Canguilhem solicitou que fosse convidado o seu ex-aluno, Michel Foucault. Eles faziam parte da equipe de professores que participariam dessa experiência única e reconhecidamente problemática que foi a criação da Universidade de Vincennes (cfr. Djian, 2009).

Eles haviam sido contratados diretamente pelo ministro de educação gaullista, Edgar Faure, que tinha um claro objetivo político. Após as revoltas de maio de 68, o governo desejava afastar as manifestações estudantis do coração de Paris, estimulando a abertura de uma universidade experimental em um dos locais mais bonitos, mas também mais afastados do centro da cidade: o Bosque de Vincennes. No mês de outubro de 1968, Faure tinha apresentado uma lei de reforma do ensino superior. Numa manobra decididamente demagógica, afirmava-se que, a partir desse momento, as Universidades estariam regidas pelos princípios de autonomia, pluridisciplinaridade e participação dos usuários.

Como diretor do Departamento de Filosofia, Foucault estava decidido a reunir os melhores professores existentes na França. Seu nome tinha sido inicialmente questionado nas assembleias estudantis pelo fato de não ter participado das manifestações de maio de 68. Foucault tinha preparada sua resposta: “Vou dizer para eles: enquanto vocês se divertiam em suas barricadas no Quartier Latin, eu me ocupava de coisas sérias em Túnis” (Eribon, 1990:188). Mas isso não foi necessário. Designado diretor, chamou seus colegas, Gilles Deleuze, Alain Badiou, Jacques Ranciere, Etienne Balibar, Judith Miller e François Chatelet. Este último, poucos anos mais tarde, sucederá Foucault na direção do Departamento.

Foram escolhidos os melhores professores, com liberdade absoluta para montar seus planos de ensino, estabelecer seus critérios de avaliação, escolher seus auxiliares, etc. Mas, lamentavelmente, o projeto pronto se verá em dificuldades. Em ocasião de uma mobilização em apoio aos colegas da Sorbonne, a polícia ingressará com ferocidade em Vincennes: uma verdadeira batalha, na qual a polícia entrou com toda a fúria, sendo que 220 pessoas foram detidas, dentre elas Foucault, e 35 alunos foram expulsos da Universidade. Foucault e Sartre manifestam-se em um auditório lotado de estudantes contra a repressão policial. Porém, as lutas continuaram, e o clima se complicava. Já não eram somente os alunos e professores contra a polícia, mas também existiam constantes brigas entre as diferentes facções da esquerda estudantil.

Existiam problemas também entre os estudantes e os professores que, muitas vezes, viam-se impossibilitados de dar continuidade a suas aulas perante o permanente questionamento e as permanentes interferências dos alunos. Só um exemplo desse difícil clima de trabalho: Foucault convida Lacan para ministrar um seminário de oito aulas. Porém, ele só resistirá a uma primeira conferência e não voltará nunca mais, como consequência das intermináveis interrupções e agressões que teve de suportar nessa fatídica tarde. Perante a impossibilidade de atingir uma mínima condição para concluir sua fala, Lacan saiu

da sala gritando: “O que vocês de fato desejam como revolucionários é um dono. E vocês o terão” (Eribon, 1990:197).

A estratégia política de Vincennes

No meio dessa situação complexa aconteceu o inevitável. Em 1970, o ministro Faure, que fora o idealizador da Universidade de Vincennes, foi substituído. O novo ministro da educação não estava disposto a aceitar o caráter “marxista-leninista” que imperava no Departamento de Filosofia e decidiu suprimir a “habilitação nacional” dos diplomas concedidos por este Departamento, cujo diretor continuava sendo Michel Foucault. Com um diploma sem valor, os alunos que estavam sendo formados não teriam direito de ensinar.

As críticas do ministro, às quais se somou grande parte da imprensa e da direita em geral, estavam dirigidas a dois pontos fundamentais, os conteúdos e as formas de avaliação. Algumas das disciplinas ministradas no período 68/69 tinham os seguintes nomes: Rancière: “Revisionismo e esquerdismo”; Bolívar: “Ciência e filosofia marxista”; Judith Miller: “Revoluções culturais”; Foucault: “Nietzsche, genealogia e história”. Por outra parte, os exames clássicos tinham desaparecido e não se sabia muito bem se de fato existia alguma forma de avaliação. Judith Lacan-Miller faz declarações assustadoras em uma entrevista, onde afirmava que ela fechava as notas de seu curso... no ônibus! Foi o suficiente para que o ministério de educação decidisse realocar a filha de Lacan fora da Universidade, numa escola de ensino médio.

Perante a decisão ministerial de anular a validade do diploma de filosofia, a resposta de Foucault como diretor de Departamento não se fará esperar. Participará de uma extensa entrevista, publicada inicialmente em janeiro de 1970, em *Le Nouvel Observateur* e, posteriormente, nos *Ditos e Escritos*, sob o nome *La piege de Vincennes* (A armadilha de Vincennes). Este documento apresenta uma clara defesa à autonomia universitária, exige o reconhecimento do trabalho já realizado e do compromisso assumido por alunos e professores, define sua opção por um modo de produzir conhecimento baseado na interdisciplinaridade e na ausência de métodos autoritários ou punitivos de avaliação.

Nessa entrevista, Foucault responde à decisão do ministério de retirar a habilitação perante a ausência dos clássicos e explica qual é o tipo de educador que se pretende formar em seu departamento. Dirá: “Não, eu não quero ensinar nada: a filosofia não é um saber, é uma reflexão, um certo modo de refletir que permite e obriga a questionar tudo. (...) Vocês têm o direito de examinar todos os saberes que já lhes foram ensinados, não em sua exatidão, mas em seus limites, seus fundamentos, suas ori-

gens. E aquilo que vocês aprenderão quando se formarem como médicos, chefes de marketing ou químicos, deverão submetê-lo ao mesmo tribunal. Vocês estão a caminho de devir livres cidadãos na república do saber: fica em cada um de vocês exercer esse direito” (DEII, 1994:68).

A pergunta neste contexto é: por que razão tanta irritação com esse Departamento? Por que, perante esse discurso que defende nossa capacidade de argumentar e de exercer a crítica aos saberes e às relações de poder instaladas, sempre parece existir outro discurso que lhe opõe? Um discurso que se obstina em afirmar: “Os professores de filosofia são charlatões, às vezes perigosos. Eles falam daquilo que não lhes compete, se arrogam o direito de criticar o conhecimento que eles não têm e a sociedade que os alimenta. É tempo de os alunos deixarem de perder seu tempo com eles. Suprimamos todo esse falatório” (DEII, 1994:69).

Foucault lamentará em outra entrevista um fato significativo. Dirá que ainda quando seus livros vendiam muito bem, nos anos 60 e 70, nenhum psiquiatra mostrava interesse em falar com ele sobre *A História da Loucura* (1978), e nenhum médico queria falar sobre *O Nascimento da Clínica* (1987). Comenta inclusive que, em uma entrevista radial, lhe foi dito que ele não podia falar de medicina porque não era médico. Lamentavelmente, esta história se repete, uma e outra vez do mesmo modo, com muitos de nós que tentamos trabalhar nessa linha de estudos aberta por Foucault¹.

Um curso “inútil e perigoso”

Mas, voltemos ao ano de 1969, a Foucault e a Vincennes. A pergunta inevitável é: o que irritava tanto o governo gaullista nesse departamento coordenado por Foucault? Por que razão Vincennes era considerada tão perigosa? Foucault dirá que o curso de filosofia parecia apresentar para o governo de direita o

1 Permito-me aqui uma digressão pessoal. No ano 2011, após 15 anos de trabalho em um Departamento de Saúde Pública, tive que solicitar minha transferência para outro Departamento (Sociologia e Ciências Políticas), pois foi decidido, em minha ausência, que eu não podia continuar ministrando, na disciplina obrigatória destinada ao Mestrado em Saúde Coletiva, conteúdos de Foucault e Canguilhem. A coordenação do Programa e a maioria do colegiado foram muito claras a este respeito: na disciplina Fundamentos Teóricos da Saúde Coletiva, única disciplina obrigatória da área de ciências humanas destinada aos alunos da pós-graduação em saúde coletiva que eu ministrava, eu só poderia falar dos três autores clássicos da sociologia: Marx, Weber e Durkheim. Nada de Canguilhem. Nada de Foucault. Podia sim ministrar alguma disciplina optativa, que só meus orientandos fariam. Porém, instalar a crítica foucaultiana ao saber médico, epidemiológico ou à gestão biopolítica das populações numa disciplina obrigatória, isto já não seria mais tolerado. Parece que meus colegas da época consideraram que: “É tempo de os alunos deixarem de perder seu tempo com esses questionamentos. Suprimamos todo esse falatório”.

risco de ser, ao mesmo tempo, inútil e perigoso. Inútil na medida em que qualquer um podia ter acesso a esse curso (estrangeiros, alunos de ensino médio), e perigoso na medida em que se intrometia questionando saberes que não eram aqueles que historicamente lhe pertenciam.

O que de fato se desejava defender era a tradição, voltar ao ensino dos clássicos, à história dos grandes nomes. E, em Vincennes, estavam em jogo duas questões que nada tinham a ver com a repetição incansável dos clássicos. Tratava-se, por um lado, de instalar uma questão teórica sobre a vinculação entre saber e política. Perguntar-se: quais são as relações de poder que perpassam os discursos consagrados? De onde se fala? Quem tem o direito de falar e de divulgar o saber? Como ocorre a distribuição e apropriação dos saberes? Como se legitimam, autorizam e renovam os conhecimentos consagrados? Por outra parte, estava em jogo outra questão, vinculada diretamente ao exercício da crítica, um questionamento referido ao papel da Universidade quando ela se apresentava como sendo um lugar neutro e objetivo de divulgação e transmissão do saber e da tradição. O que os professores de Vincennes questionavam era justamente essa suposta neutralidade, a lógica mesma de limitar a vida intelectual à simples reprodução de autores clássicos que faziam parte da história da filosofia.

Nas palavras de Foucault: “Poderíamos ter apelado a essa pequena forma de hipocrisia que consiste em modificar as modalidades pedagógicas do ensino (constituir grupos de estudo, dar certa liberdade aos estudantes) sem nada mudar em relação aos conteúdos, continuaríamos ensinando Plotino (poderia ser, também, Weber, Marx e Durkheim), mas de acordo com as estratégias ‘reformadas’. Existe outra forma de hipocrisia possível: introduzir nos planos de ensino autores como Nietzsche, Freud e Marx, mas mantendo a forma tradicional de ensino (dissertações, exames, controles diversos). Nós rejeitamos tanto uma quanto a outra mudança, nós tentamos fazer a experiência de exercício de uma liberdade, eu não diria total, mas tão completa quanto seja possível numa universidade como a Universidade de Vincennes” (DEII, 1994:72).

Após muitas discussões, chegou-se à definição de duas grandes linhas, em torno das quais estaria articulado o ensino nesse Departamento: uma inteiramente dedicada à análise política da sociedade, e a outra dedicada ao estudo crítico de certo número de domínios científicos. Política e ciência pareciam ser dois domínios instigantes e ricos de trabalho. Porém, as objeções se multiplicavam: “O que vocês ensinam não está de acordo com o que nós entendemos que deve ser um bom currículo de ensino”.

Da experiência de Vincennes, tumultuada por questões burocráticas, por intromissões constantes da polícia, por brigas

entre grupo de alunos que pertenciam a diferentes setores da esquerda, por escândalos midiáticos, resultou, no entanto, uma excelente Universidade. Foucault deixa seu posto de chefe de Departamento em agosto de 1970, após receber o convite para ser contratado na instituição mais prestigiosa de Paris, o Collège de France. Então, e a pedido de Foucault, o Departamento ficou nas mãos de Françoise Chatelet. O resultado não podia ser melhor, Chatelet apaziguou os ânimos, já não apareciam fotografias no jornal com o chefe de departamento de filosofia jogando pedras na polícia ou tentando interferir nas batalhas desatadas entre os alunos, como ocorria na época de Foucault; já não apareciam manchetes no *Le Monde* questionando o que consideravam o descalabro de Vincennes. Com Chatelet a instituição atingiu, pouco a pouco, seu prestígio. E isso era inevitável, pois na gestão de Foucault tinham sido convocados os grandes nomes da filosofia francesa que ainda estavam ali: Deleuze, Rancière, Serres, Châtelet, Lyotard, dentre outros. Surge assim a Universidade de Paris VIII Vincennes – Saint-Denis, aquela que até hoje concentra os melhores intelectuais dedicados às ciências humanas na França.

O Collège de France

Chegamos então aos anos do Collège de France. Foucault trabalhará ali de setembro de 1970 até sua morte, ocorrida no dia 25 de junho de 1984. A cada ano ministra um novo curso, articulado com os demais, com uma coerência temática surpreendente, sempre nas quartas-feiras, sempre doze encontros de três horas divididos em dois blocos. Treze cursos ministrados, um a cada ano, excetuando o ano de 1977, único ano em que Foucault não ministrou seu curso. Agora Foucault já não poderia continuar brigando com a polícia ou com os alunos nessa prestigiosa instituição. As coisas tinham mudado radicalmente.

No Collège de France, os professores dedicam um ano completo para preparar cada um de seus cursos. Obrigatoriamente devem apresentar um curso novo a cada ano, sempre sobre o tema da disciplina estabelecida. Foucault ficará com a disciplina *História dos sistemas de pensamento*. Foi ele mesmo que sugeriu o nome, e teria liberdade absoluta para escolher os temas, autores e problemas a serem abordados. Só existia uma exigência: aqui não se trata de repetir os clássicos, mas de apresentar um pensamento original, expor o desenvolvimento da própria pesquisa. Tudo o que ele desejava em Vincennes se transformava agora em uma exigência, e Foucault aproveitou essa oportunidade para renovar, ano após ano, suas análises críticas elaboradas com extremo cuidado a partir da leitura de arquivos, fazendo aquilo que ele sabia e gostava de fazer: “um uso filosófico da história” para melhor compreender nosso pre-

sente e este nós que somos. Foucault substituía Jean Hippolyte, um estudioso de Hegel que ele realmente admirava, a quem devia todo o seu conhecimento sobre Hegel, que havia convidado a ministrar um curso em Túnis e com quem tinha mantido uma excelente relação até sua morte, ocorrida em 1968.

Mas o fato de poder estar em um espaço como o Collège de France, onde cada professor podia desenvolver seu pensamento com liberdade absoluta, sem ter obrigação de cumprir nenhuma imposição, não era a única vantagem dessa instituição. Foucault, que não era nem um pouco a fim da forma tradicional de ensino, com suas dissertações, exames, controles diversos e provas, ficaria absolutamente livre dessa fatigante tarefa. No Collège de France não existia nem existe hoje avaliação aos alunos, é uma instituição absolutamente aberta e livre para acesso ao público e a qualquer tipo de público: quem deseja ir aos cursos, pode ir, quem não deseja, não é obrigado a ir. Nada de avaliação, só alguns Seminários que serão ministrados por alunos de doutorado no fim de cada curso. No Collège de France a única pessoa que de fato é avaliada, o único que passa um exame a cada ano, dirá Foucault, é o próprio professor. Nessas doze aulas anuais, ministradas em auditórios lotados com som transmitido em salas contíguas, onde as aulas se reproduziam para dar conta da quantidade de público presente, reuniam-se alunos e professores. Então se saberia se a pesquisa desse ano repetia a do ano anterior, se o problema colocado era relevante, se os documentos foram bem escolhidos, se a crítica realizada era pertinente e convincente, etc. Foucault dirá: “No Collège de France os cursos são livres, assiste quem quer, não importa quem. Pode ser um coronel aposentado, um estudante de quatorze anos, se o tema é de seu interesse ele assiste, se não é, não assiste. De modo que, quem é examinado, que está sob o poder do outro? Eu diria que, no Collège de France, é quem ensina. Ele passa por um exame. É o auditório quem deve dizer se o trabalho realizado tem algum interesse ou não. E se eles não parecem interessados, eu fico muito triste” (DEII, 1994:786).

Mas, para além dessa liberdade acadêmica, o Collège de France representava também um espaço de visibilidade política única. É verdade que já não se tratava de brigar com a polícia na Universidade, mas agora poderia brigar com a polícia fora da Universidade, e todas e cada uma dessas lutas estariam potencializadas pelo prestígio indiscutível que acompanha qualquer professor do Collège de France. Inicia-se então outro tipo de luta política, já não institucional, dentro da Universidade, mas aquela que compete à figura do intelectual crítico e específico que tanto Foucault quanto Deleuze representavam tão bem nos anos 1970 e 80.

É verdade que, desde a experiência em Túnis, ele já tinha participado de diversos conflitos políticos, porém agora se tratava de empreender lutas pontuais, concretas, contra as formas diversas de submissão da subjetividade que ocorriam efetivamente e em contextos diferentes. Sem dúvida, de todas essas lutas, a que levou mais energia de Foucault foi a organização e criação do GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões), que organizará junto com seu companheiro Daniel Defert. A prisão foi um dos tópicos centrais de preocupação de Foucault, mas existem outros temas nos quais se engaja de maneiras obsessivas: as questões relativas aos imigrantes, as torturas e fuzilamento na Espanha de Franco, as lutas contra as diversas formas de racismo e antissemitismo, a questão das instituições psiquiátricas, as lutas do povo na Polônia, os processos de medicalização da sociedade, dentre outras.

Era como se Foucault concentrasse duas pessoas em uma: o Professor cuidadoso, meticoloso e obsessivo do Collège de France, que chegava com seus textos escritos, resultado de um ano de trabalho nos arquivos, para apresentá-los publicamente numa sala de aula sempre lotada, e o intelectual engajado, que continuava com seus velhos parceiros de rota como Robert Castel, Deleuze, Defert ou Chatelet, aos quais agora, com o prestígio conquistado no Collège, se aproximavam novas figuras, como o diretor de cinema Costa Gavras, ou dois famosíssimos atores de cinema que em pouco tempo se transformaram em seus grandes amigos e em parceiros incansáveis em diversas lutas: Yves Montand e Simone Signoret.

Cada vez eram maiores e mais frequentes os confrontos com a polícia e as detenções, como a ocorrida na Espanha em setembro de 1975, quando onze jovens militantes foram condenados à morte pelo ditador Franco. Novas lutas se multiplicavam, sempre concretas, determinadas, específicas, contra as diversas formas de manifestação de poderes locais, nada de palavórios grandiloquentes, nem de teorias com pretensão de explicar tudo. Nessa hora, tratava-se de agir contra as injustiças, essa era a tarefa do intelectual específico, aquele que devia lutar em pontos precisos e determinados. Lutas locais, dirá Foucault em 1972, no texto denominado *Os intelectuais e o poder*, lutas “sem acordos nem reformismos, sem a tentativa de administrar o mesmo poder com uma mudança de titular. Esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado na medida em que devem combater todos os controles e restrições que em todas partes reestabelece o mesmo poder” (DEII, 1994:308).

Um ano antes, em 1971, no Manifesto de apresentação do trabalho a ser realizado no GIP, publicado em *J'accuse*, Foucault explicava a tarefa que seria empreendida nos próximos anos, tratava-se de dar a palavra aos detentos, montar uma série de

entrevistas com histórias de vida, com as experiências destas pessoas e suas famílias. O grupo reunia ex-detentos, famílias de prisioneiros, advogados, militantes e todos aqueles que consideravam intoleráveis as condições atuais de detenção. Mas ele acrescentava algo mais: “Nossas entrevistas não têm o objetivo de acumular conhecimentos, mas o de tornar mais forte nossa intolerância e o de realizar uma intolerância ativa. Tornemo-nos intolerantes em relação à prisão, à justiça, ao sistema hospitalar, à prática psiquiátrica, ao serviço militar, etc.” (DEII, 1994:176). O GIP, que se inicia com Foucault, Deleuze, Defert e alguns poucos mais, em poucos anos atingirá mais de mil e quinhentos participantes das áreas mais diversas.

Tratava-se de jogar, a duas pontas, em torno dos mesmos eixos de problematização: como professor e como militante, transformando cada um desses fatos, considerados intoleráveis, em verdadeiros objetos de pesquisa e reflexão teórica.

Em relação ao presídio, tratava-se de analisar os saberes e poderes que percorreram essa instituição ao longo dos anos, de analisar a emergência do presídio como forma privilegiada de punir. Nesse contexto, devemos situar a publicação do livro *Vigiar e punir: O nascimento da prisão*, pela Editora Gallimard no ano de 1975. No mesmo ano, Foucault ministrará no Collège de France o curso *O poder psiquiátrico*, cujo objeto de estudo será outra instituição também definida como intolerável: o poder e o saber psiquiátrico. A essa lista de fatos intoleráveis se irão somando novas questões no transcurso dos anos, como, por exemplo, a crítica à biopolítica das populações, realizada nos cursos *Segurança, território e população* (2009), *Em defesa da sociedade* (1997) e *O Nascimento da biopolítica* (2004). Nesse contexto, reaparece a preocupação pelas raças e o problema do racismo, a crítica ao liberalismo e ao neoliberalismo, a preocupação pelos dispositivos de segurança, estudos estatísticos destinados a multiplicar e prevenir novos riscos e temores, a insistência, sempre presente, nos problemas derivados da medicalização e a psiquiatrização da vida (Doron, 2007). A pergunta que reaparece uma e outra vez, desde *a História da Loucura* até *Os Anormais* (1999) é: “Acaso o poder psiquiátrico não é mais poderoso quando ele se torna mais insidioso? Isto é, quando se encontra fora de seu local de nascimento (o asilo), quando ele funciona por todas as partes. O psiquiatra na escola (...), nos problemas sexuais dos adolescentes, quando um jovem comete um ato delitivo. (...) Dito de outro modo: a psiquiatria como instrumento geral de sujeição e de normalização dos indivíduos. Esse é meu problema” (DEII, 1994:793).

Sua proposta no Collège de France não será outra senão a de analisar, um a um, esses múltiplos espaços de sujeição da subjetividade, dentre os quais a psiquiatria ocupa um lugar fundamental. Seu trabalho como professor e pesquisador está as-

sim em perfeita sintonia com suas intervenções políticas: tornar visíveis os mecanismos de poder que se exercem em diferentes espaços de maneira invisível. Trata-se de mostrar que “o poder trabalha os corpos, penetra os comportamentos, se mistura com o desejo e prazer, e é nesse trabalho que devemos analisá-lo” (DEII, 1994:772).

Os últimos anos do Collège de France estarão dedicados justamente a tentar compreender como se articulam as múltiplas formas de exercer o governo sobre os outros com o governo de nós mesmos. Mais especificamente, analisar as estratégias construídas no mundo Greco-romano para construir subjetividades mais livres e autônomas e as mudanças sofridas por essas tecnologias do eu no momento de emergência do poder pastoral articulado em torno da confissão e do princípio de obediência.

A preocupação pelo presente

Esses são os temas que ocupam Foucault nas aulas do Collège de France. A genealogia de nosso presente exige um novo modo de olhar para a história dos saberes, pois “não é em Hegel nem em Augusto Comte que a burguesia fala de um modo direto. Ao lado desses textos sacralizados, uma estratégia absolutamente consciente, organizada, refletida, se evidencia numa massa de documentos desconhecidos que constituem o discurso efetivo de uma ação política” (DEII, 1994:716). Analisar essas estratégias será a tarefa proposta. Realizar um projeto genealógico e crítico em relação aos modos de construção dos saberes e aos efeitos de verdade operados por discursos com pretensão de cientificidade como o discurso médico, psiquiátrico, criminológico ou penal. Assim, pouco a pouco ele faz entrar no campo da discussão acadêmica matérias consideradas academicamente irrelevantes: os relatórios psiquiátricos, os estudos criminológicos, os protocolos de intervenção médica, enfim, todo um arsenal de estratégias institucionais onde saber e poder se evidenciam em sua nudez.

Nesse contexto, é óbvio que o prestígio adquirido no Collège de France não diminuirá as resistências e as críticas que Foucault constantemente recebia. Assim, numa entrevista realizada em 1975, publicada com o nome *Os jogos do poder*, afirma: “observei que ainda hoje em dia os psiquiatras nunca me perdoaram pela História da loucura (publicada em 1961). Não faz nem quinze dias recebi outra carta cheia de insultos” (JP, 1982:187). No mesmo ano de 1975, na entrevista denominada “Radioscopia de Foucault”, posteriormente publicada nos *Ditos e Escritos*, referindo-se às resistências que suscita seu trabalho, afirma: “Quando comecei a me ocupar da loucura nos anos 1960, estava completamente sozinho. Quem, efetivamente, considerava que o poder psiquiátrico era alguma coisa que ameaça-

va também cada um de nós, em nossa existência cotidiana? Muito poucas pessoas. Meu livro foi bem recebido por Blanchot, por Barthes. Mas não houve nenhum psiquiatra interessado no assunto. Um dia, alguém se levantou em uma emissão de rádio para me dizer: você não tem o direito de falar, você não é médico. Era o Dr. Baruk" (DEII, 1994:800).

O que ocorreu nesse dia? Na entrevista denominada "Asilos, Sexualidade e Prisão", refletindo sobre essas resistências, ele dirá que é importante observar um fato que se repete. *A História da loucura na época Clássica* refere-se ao período que vai do século XVI até 1840 (até Esquirol); mais tarde, em *O poder psiquiátrico*, seu trabalho se deterá na análise dos psiquiatras da segunda metade do século XX; no entanto, a fúria das respostas que recebe parece indicar que Foucault fala da atualidade da psiquiatria. Foucault dirá que "Essa irritação é a melhor verificação daquilo que eu afirmei. Eles se reconheceram numa análise histórica. Eles dizem: 'Ele está falando da psiquiatria contemporânea'. Por que razão: os métodos aplicados em 1840 ainda são atuais!! Isso lembra de um chefe de governo atual que, após ter lido um livro sobre Napoleão, decide arrestar o autor porque este o criticou!" (DEII, 1994:781).

Essas críticas confirmam a eficácia do projeto genealógico proposto. A eficácia dessa insistência por analisar os documentos esquecidos, os relatos dos casos, enfim, o modo como efetivamente foram construídas as verdades estabelecidas em certos campos de saber e sua articulação com as estratégias de governo dirigidas às populações.

No "projeto de ensino" apresentado ao Collège de France em 1969, Foucault afirmava que toda proposta consistente deveria estar submetida a dois imperativos: nunca perder de vista a referência a um exemplo concreto que pudesse servir de campo para a análise, e elaborar reflexões históricas, teóricas e conceituais que permitam compreender esses exemplos referidos a nosso presente. "Eu me considero como um jornalista, na medida em que o que me interessa é a atualidade, o que ocorre em nosso entorno, o que somos, o que ocorre no mundo" (DEII, 1994:434). Sua proposta inicial será analisar os saberes vinculados à hereditariedade, logo virão os estudos sobre o presídio, a loucura, a anormalidade.

Observa, nessa entrevista realizada em 1973, um fato que parece antecipar muitos dos problemas com os quais nos defrontamos hoje cotidianamente. "Cada dia que passa, o papel desempenhado pelos criminologistas, pelos psiquiatras e por aqueles que estudam o comportamento mental do homem é maior. Isso ocorre porque o poder político está a caminho de adquirir uma nova função, que é a terapêutica" (DEII, 1994:434). Questão de absoluta atualidade, quando hoje nos defrontamos com a aprovação de uma legislação destinada a formar profes-

sores de ensino fundamental capacitados para a detecção e identificação de transtornos mentais na infância. E, consequentemente, com a medicalização de uma enorme parcela de crianças diagnosticadas com transtornos mentais e medicadas com anfetaminas e antipsicóticos.

A modo de conclusão: a sedução do saber

Comecei este escrito afirmando que Foucault só dedica algumas poucas páginas à educação, aqui e ali, mas que não existe nenhum trabalho dedicado a analisar a questão do ensino universitário. Minha escolha foi então abordar o tema a partir de outra estratégia, já não uma análise do discurso de Foucault sobre a universidade, mas de sua trajetória como professor universitário. Tentei analisar as estratégias concretas desenvolvidas como professor e como diretor de departamento. Esse percurso evidencia certas constâncias e permanências que se reiteram no modo como descreve suas aulas em Túnis, no modo como organiza o Departamento de Filosofia na Universidade Experimental de Vincennes e no modo como se vincula com o saber e com os alunos-ouvintes no Collège de France.

Essa certeza, que acompanha Foucault ao longo de sua prática como docente, pode resumir-se nesta afirmação realizada em *A ordem do discurso*: “Todo sistema de educação é uma forma política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles levam consigo” (OD, 1996:46).

Afirmar que a produção de verdades nas universidades está estreitamente vinculada ao modo como é exercido o governo sobre os outros não significa dizer que seja essa sua única função. Reiteradamente vimos Foucault negando-se a aceitar que a universidade deva ser um espaço condenado à reprodução da história consagrada dos saberes. Ainda quando, pouco a pouco, ingressam novos nomes ao santuário do saber, nada muda se eles acabam sendo reduzidos a leituras acadêmicas clássicas: “A presença de Nietzsche é cada vez mais importante (na universidade). Porém, me fatiga a atenção que lhe é concedida para fazer os mesmos comentários que poderiam ter sido feitos sobre Hegel ou Mallarmé. Eu utilizo as pessoas das quais gosto. A única prova de reconhecimento que pode manifestar-se perante um pensamento como o de Nietzsche é, precisamente, utilizá-lo, desarmá-lo, fazê-lo gritar. Que os comentadores digam se somos fiéis ou não, não tem nenhum interesse” (JP, 1982:199).

É óbvio que Foucault jamais poderia entender o modo como muitos professores acabaram integrando hoje seu trabalho ao mesmo esquema de pensamento. Imagino que ele acharia muita graça na inexplicável existência de algo semelhante a *O dicionário Foucault*. Seu trabalho não era transmitir certezas.

Preferia pensar em alta voz, pensar junto com seus alunos e seus leitores, convidá-los a refletir junto com ele, abrir novos caminhos de reflexão e crítica, propor aos outros novas genealogias por construir.

Assim, foi deixando uma multiplicidade de pistas e rastros que permanecem ainda inexplorados nos cursos e textos. Caminhos à disposição daqueles que queiram continuar procurando os documentos, dialogando com as fontes, questionando o momento preciso em que as certezas que constituem nosso presente foram construídas e consolidadas. Essa é uma constante que vemos aparecer em seus livros e em seus cursos, e é assim que conclui *Vigiar e Punir*: “Aqui interrompo este livro que deve servir de pano de fundo histórico para diversos estudos sobre o poder de normalização e a formação do saber na sociedade moderna” (VP, 1979:315). Seus livros e cursos, como tantas vezes foi lembrado, são verdadeiras “caixinhas de ferramentas. Se as pessoas querem abri-los, se servir dessa frase, daquela ideia, de uma análise, como fariam com uma chave de fenda ou uma torquês, para provocar um curto-circuito, para desacreditar os sistemas de poder, até os mesmos que inspiram meus livros... tanto melhor” (DEII, 1994:718).

Trata-se da confrontação entre um sistema de ensino que se obstina em multiplicar as estratégias de governo sobre os outros e a possibilidade de pensar a universidade como um espaço de governo de si mesmo, como um espaço de construção de subjetividades mais livres e autônomas.

Vimos que seu local de trabalho lhe permitiu inverter os clássicos papéis do aluno-professor, liberando-o da fatigante tarefa de ter que avaliar, premiar e punir. É assim que Foucault resume o processo tradicional de ensino-avaliação: “Escutem, aqui há um certo número de coisas que vocês não sabem, mas que vocês devem saber’. Isso seria uma primeira etapa que podemos chamar de culpabilização. Em segundo lugar, essas coisas que vocês devem saber, eu as conheço, eu vou ensinar essas coisas a vocês. Esse é o estado de obrigação. Depois, quando eu já tiver ensinado essas coisas, será necessário que vocês saibam, e eu verificarei se vocês sabem: verificação” (DEII, 1994:789). Porém, é impossível dissociar completamente o ensino das redes de poder, é impossível desconsiderar o modo como o poder circula na universidade, com seus rituais de avaliação, com suas hierarquias, com seus sistemas de avaliação nacional, com seus prêmios e seus castigos. Redes de poder que podem ser mapeadas e analisadas. Uma dessas múltiplas estratégias de poder é aquela que reduz o saber exclusivamente às gratificações anexas, às gratificações sociais que poderão vir a ser obtidas com uma titulação: concorrer no mercado de trabalho e obter maiores salários.

A estratégia educativa que Foucault propõe é exatamente a inversa, o desafio está em mostrar, antes de qualquer outra coisa, que o saber está diretamente vinculado ao prazer, que existem modos de tornar o saber prazeroso, lúdico e agradável. Que devemos fugir do modo como o sistema de ensino se obstina em afirmar o quanto o saber pode ser triste, cinza, deprimente e pouco prazeroso. Cabe-nos achar estratégias educativas capazes de mostrar a dimensão desafiadora e inquietante que implica o exercício do pensamento. Criar espaços que auxiliem a construir subjetividades capazes de governarem-se a si mesmas, de sair da passiva aceitação dos saberes destinados ao governo dos outros, capazes, enfim, de pensar nosso presente diferentemente do modo como se pensa.

Essa não é uma tarefa nada simples. Kant soube avaliar até que ponto pode chegar a ser cômoda a minoridade; ter um médico que diz o que devemos comer e um professor que diz o que devemos ler e como devemos pensar pode ser mais confortante que o desafio de atrever-se a pensar, de atrever-se a governar-se a si mesmo. Talvez seja por isso que terminava sendo tão pobre a resposta que Foucault encontrava em cada um de seus cursos. É assim que o professor Foucault avalia a recepção de seus cursos: “Seria bom poder discutir o que propus. Às vezes, quando a aula não foi boa, bastaria pouca coisa, uma pergunta, para colocar tudo em seu devido lugar. Mas essa pergunta nunca vem. (...) Tenho em relação às pessoas que estão ali uma relação de ator ou de acrobata. E, quando termino de falar, uma sensação de total solidão...” (NB.XVII).

Referências Bibliográficas

DJIAN, J-M. *Vincennes – Une aventure de la pensée critique*. Paris: Flammarion, 2009.

DORON, C.O. *Biopolitique et prevention de risques*. In: *Politique de Santé, prevention, normes et disciplines des corps*. Caen: Musée des Beaux-Arts, 2007.

ERIBON, D. *Michel Foucault. Uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

FASSIN, D. *Le gouvernement des corps*. Paris: Editions de l'école des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2006.

FOUCAULT, M. *Historia de la Sexualidad I: la voluntad de saber*. México: Siglo XXI, 1978. (HSI)

_____. *Vigilar y Castigar*. México: Siglo XXI, 1979. (VP)

_____. *El Nacimiento de la Clínica*. México: Siglo XXI, 1987.

_____. *Il Faut Défendre la Societé*. Paris: Gallimard, 1997.

_____. *Les Anormaux*. Paris: Gallimard, 1999.

_____. *Segurança, territorio e população*. São Paulo: Martin Fontes, 2009.

_____. *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Gallimard, 2004.

_____. *La vie: l'expérience et la science. In Dits et écrits IV.* Paris: Gallimard, 1994. p. 763-777. (DEIV)

_____. *Entretien avec Michel Foucault (entretiens avec D. Trombdori).* In *Dits et écrits IV.* Paris: Gallimard, 1994. ps. 41-95.

_____. *L'Herméneutique du Sujet.* Paris: Gallimard, 2001.

_____. *Le courage de la Vérité.* Paris: Gallimard, 2009.

_____. *História da sexualidade II,* Rio de Janeiro: Graal, 1985. (HSII)

_____. *A história da loucura na época clássica.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *La piege de Vincennes.* In *Ditos e Escritos II.* Paris, Gallimard, 1994. p. 67 a 74. (DEII)

_____. *Radioscopie de Foucault.* In *Ditos e Escritos II.* Paris, Gallimard, 1994. p. 783-802. (DEII)

_____. *Asiles, sexualité, Psisons.* In *Ditos e Escritos II.* Paris, Gallimard, 1994. p. 771-783. (DEII)

_____. *Le Monde est um grand asile.* In *Ditos e Escritos II.* Paris, Gallimard, 1994. p. 433-434. (DEII)

_____. *Les Intellectuels et le pouvoir.* In *Ditos e Escritos II.* Paris, Gallimard, 1994. p. 306-316. (DEII)

_____. *Los juegos de Poder.* In GRISONI, D. (org) *Políticas de la Filosofía.* México: Fondo de Cultura, 1982. (JP)

_____. *A Ordem do discurso.* São Paulo, Loyola, 1996. (OD)

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Kruschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Thomas Kesselring* *Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx

- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro

- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A phília como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingos
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva

- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”:* vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Marièle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma Questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Fosane Junges



Sandra Noemi Cucurullo de Caponi possui graduação em Filosofia pela Universidad Nacional de Rosario (Argentina) e doutorado em Lógica e Filosofia da Ciência pela UNICAMP. Realizou dois pós-doutorados, na Universidade de Picardie e na EHESS. Atualmente é professora associada no Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Consultora *ad hoc* de diversas publicações e membro do conselho editorial da *Revista Interface*,

de *Ciência & Saúde Coletiva* e da *Revista Ciência e Saúde*. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 1D. Atuou como professora visitante na EHESS (Paris-França), no Collège de France, na Universidad Nacional de Colombia (Medellín), na Universidad Nacional de Rosario (Argentina). Desenvolve seu trabalho na área de epistemologia e história das ciências biomédicas e na área de bioética. É professora permanente do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da mesma instituição. No ano de 2013, o livro *Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada* foi finalista do 55º Prêmio Jabuti na área de Psicologia e Psicanálise.

Algumas obras da autora

CAPONI, S. *Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. v. 1000. 210p.

CAPONI, S. Quetelet, el hombre medio y el saber médico. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 20, p. 830-847, 2013.

CAPONI, S. La finitud y los límites del sufrimiento humano: una lectura de Amour de Michael Haneke. *Revista Chilena de Salud Pública*, v. 17, p. 298-306, 2013.

CAPONI, S.; BITTENCOURT, S. Medicamentos antidepressivos: inserção na prática biomédica (1941 a 2006) a partir da divulgação em um livro-texto de farmacologia. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 19, p. 219-247, 2013.

CAPONI, S. Clasificaciones, acuerdos y negociaciones: bases de la primera estadística internacional de enfermedades mentales (París, 1889). *Dynamis* (Granada), v. 32, p. 185-207, 2012.

CAPONI, S. Clasificar y medicar: la gestión biopolítica de los sufrimientos psíquicos. *INTERthesis* (Florianópolis), v. 9, p. 101, 2012.

Outras publicações

CAPONI, Sandra. *Neuronarrativas: A hipocrisia institucionalizada da medicalização da saúde mental: entrevista* [01/06/2014]. Revista IHU On-line. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Andriolli Costa.

_____. *O risco da biologização dos problemas sociais: entrevista* [27/05/2013]. Revista IHU On-line. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Graziela Wolfart.